

## **NOTAS SOBRE O PATRIMÔNIO ARTÍSTICO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA**

Maria Herminia O. Hernández\*

Resumo: O presente artigo realiza uma aproximação ao patrimônio artístico dos beneditinos na Bahia, considerando elementos que perpassam pela formação desse patrimônio, seus bens imóveis, integrados e móveis, alguns monges artistas bem como coloca algumas das obras adquiridas e que hoje constituem parte do secular conjunto monástico.

Palavras chave: Beneditinos, patrimônio, arte, arquitetura, bens artísticos.

### **FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO**

A fundação de Mosteiros da Ordem de São Bento no Brasil esteve vinculada às profundas transformações estruturais acontecidas na sociedade, sobre tudo no ocidente, a partir do século XV. As diretrizes do Concílio Tridentino trouxeram a tona à ação das ordens religiosas no trabalho de conversão de gentios nos reinos de além-mar, bem como o papel do Estado Português na efetivação das orientações do Concílio.

O braço secular representado pela figura do Rei, e através do Padroado Régio não só conduziu a reforma das ordens religiosas em Portugal, como também assumiu a responsabilidade de estender aos territórios ultramarinos a ação evangelizadora, por intermédio do clero regular e secular da igreja.

\* Professora da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia.

No primeiro Capitulo Geral<sup>1</sup> da Ordem de São Bento, celebrado em 10 de setembro de 1570, em Tibães, foram traçados os rumos sobre a postura dos beneditinos portugueses. Definiram, para além da reforma material dos mosteiros, uma estratégia de ação baseada em três importantes diretrizes: o estudo, a ação pastoral, mesmo além mar, e a aproximação das novas fundações monásticas aos centros urbanos<sup>2</sup>. Essas diretrizes nortearam as atuações dos beneditinos lusitanos, que foram capazes de fundar novos estabelecimentos, tanto em território Português, como no Ultramar.

No segundo Capitulo Geral celebrado a 13 de fevereiro de 1575, foi lançada a missão de evangelização, desta vez nos territórios conquistados no Ultramar pela Coroa, dentre eles o Brasil.

Item por todo o Capitulo Geral foi dito e determinado que quando El Rey Nosso / Senhor tivesse por bem que asi na India como no Brasil e partes outras da lem/ mar ouvese Mosteiros de nossa Ordem cometião o mandar Relligiosos ao nosso Reverendo/ Padre Geral e lhe davao poder pera que pudesse elleger os que bem lhe parecese/ e mandalos não os forçando a isso senão querendo elles por sua vontade hir/ [...] (BEZERRO I, AMS, 1570-1611, f.32).

Assim aconteceram as fundações pelo território brasileiro. No século XVI, no ano de 1581, foi implantada a Ordem de São Bento na Bahia. Em 1584, a casa era elevada a Abadia, conforme resolução do 5º Capítulo Geral da Congregação, realizado no Mosteiro de Pombeiro, em Portugal. Esse estabelecimento constituiu-se na primeira fundação da Colônia e, por séculos, cabeça dos mosteiros da Província do Brasil, condição adjudicada em Junta celebrada a 22 de agosto de 1596, quando também foi ordenado que o Abade da Bahia o fosse de toda a Província.

O Mosteiro de São Bento da Bahia desfrutava de todos os privilégios e isenções semelhantes aos da Ordem de São Bento de Portugal (LVTMB, 1945, p.404-406). Isto, unido à profunda religiosidade dos povoadores dos primeiros tempos, contribuiu, efetivamente, para que, desde cedo, os beneditinos começassem a formar seu patrimônio.

---

<sup>1</sup> O Capitulo Geral constitui a instituição suprema e central, na qual se definiam as normas a serem seguidas, no espiritual e temporal, por um período de três anos. A administração temporal de cada casa religiosa era analisada, considerando elementos importantes de seu funcionamento, tais como a definição de responsabilidade individual de cada religioso, gestão dos bens pela qual respondia o monge encarregado, entre outros.

<sup>2</sup> A implantação dos conventos fora das cidades foi um fenômeno que se verificou até o século XVI. A fundação nas cidades constituiu uma dos sinais evidentes de ruptura da nova Congregação com a tradição monástica (MATTOSO, 1997b, p.17).

## FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO

Desde os primórdios a Ordem se preocupou pelas condições de manutenção, no sentido da necessidade que ela tinha de possuir uma economia de sustentação organizada, com controle nos níveis interno e externo, que permitisse adquirir e manter no tempo um patrimônio material diverso, incluindo o conjunto arquitetônico e bens integrados e móveis, de uso próprio, suporte de todo o arcabouço espiritual. O ato litúrgico devia se revestir com o que havia de mais precioso. Nada que fosse feito para Deus era demais.

O fundamento de tudo isso residia na Regra de São Bento (RB)<sup>3</sup>, chamada de Regra porque *dirige os costumes dos que a ela obedecem* desde o século VI (RB, 1993, p.19). As comunidades monásticas, dirigidas pelo seu Abade, tinham na Regra um dos instrumentos das virtudes dos monges, de vida e santa obediência. Nessa Regra, os capítulos 4 a 7, que tratam das *Boas Obras*, da *Obediência*, do *Silêncio* e da *Humildade*, constituem o alicerce da vida espiritual do ser monge. Uma vez estabelecidos os princípios espirituais do viver monástico, a Regra tratava da vida material e social de seus mosteiros, fazendo menção ao Oratório e às Oficinas, onde o verdadeiro monge deveria viver do seu trabalho, como expõem os Capítulos 48 e 66 (COELHO, 1997a, p.30).

Os dotes fundacionais do Mosteiro de São Sebastião da Bahia foram constituídos por bens móveis e imóveis. Isto pode ser constatado através dos exemplares que, ainda hoje, formam parte da vida cotidiana da instituição, estando presentes nos seus ambientes e áreas de celebrações religiosas, bem como pela consulta de documentos existentes, inventários de bens, códices e livros de tomo, nos quais estão relacionadas, dentre outras, as formas de obtenção e direitos sob a propriedade.

O primeiro bem imóvel a declarar é o próprio conjunto arquitetônico do Mosteiro de São Sebastião da Bahia<sup>4</sup>, composto por espaços que servem de suporte à vida monástica, a saber: a cerca, espaço de lazer, lugar de sobrevivência corporal, de trabalho e de oração; o Mosteiro, que compreende o claustro, dormitórios e demais oficinas, considerado espaço litúrgico e de oração, lugar de sobrevivência corporal e de trabalho, e

---

<sup>3</sup> Bento, nasceu em Nursia, uma pequena cidade dos Apeninos italianos, ao redor do ano de 480. Cedo passou a viver como eremita em Affile, depois em Subiaco, a 50km, do lado oriental de Roma. Construiu vários mosteiros nessa cidade, depois partiu para outro sítio, onde fundou o Mosteiro de Monte Cassino. Nele escreveu a Regra e morreu em 547 (COELHO, 1997b, p.119).

<sup>4</sup> Foi elevado a Arquibadia em 24 de novembro de 1998, na Arquidiocese de Salvador. Este título honorífico foi outorgado ao Mosteiro da Bahia por ter dado origem a uma Congregação Monástica, sendo único na América do Sul, e integrante do reduzido número de nove Mosteiros que, no mundo possui esta condição: seis na Europa e dois nos Estados Unidos.

ponto de contato com o exterior; a igreja, com sacristia e adro, espaço litúrgico e de oração e ponto de contato com o exterior (Foto 1).



FOTO 1. CONJUNTO ARQUITETÔNICO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA  
DATA: 2001  
FONTE: CONDER

Além dos bens móveis e imóveis de uso próprio, o Mosteiro ainda detinha propriedades<sup>5</sup>, dentro e fora da Cidade, constituindo as denominadas igrejas anexas<sup>6</sup> (Fotos 2 e 3, casas (Foto 4), terrenos, engenhos (Foto 5), fazendas e sítios. Os três últimos citados, na sua maioria, possuíam capelas<sup>7</sup>, com todos os seus paramentos, alfaias e mobiliário.

---

<sup>5</sup> Para mais informação ver (HERNÁNDEZ, 2005).

<sup>6</sup> Uma das definições provenientes do Capítulo Geral celebrado na sede do Mosteiro de São Martinho de Tibães, em Portugal, em 12 de novembro de 1599, referia-se às Igrejas que, em número de duas, deviam estar anexadas a cada um dos Mosteiros fundados no Brasil. Neste caso foram Nossa Senhora de Monserrate e São Gonçalo. (HERNÁNDEZ, 2005, p.120)

<sup>7</sup> Como exemplo, tem-se a doação, em 1732, de D. Archangela Brandão de Araújo, da Fazenda da Telha, em cujo âmbito estava localizada a Capela do *Senhor de Bom Jesus*, portadora de magníficas imagens e objetos. Dentre eles, chama a atenção a descrição da imagem de Nossa Senhora da Conceição, assim como a existência de “[...] uma cruz de ouro e pedras de diamantes.” (L<sup>o</sup> T<sup>o</sup> III do MSB, AMSB, 1803, f.45-49).



FOTO 2: CAPELA E MOSTERINHO DE MONSERRATE<sup>8</sup>  
DATA: PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX.  
FONTE: (ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO., Cx.79)



FOTO 3: (GRAVURA) IMAGEM EXTERNA CAPELA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE<sup>9</sup>  
DATA: SÉCULO XIX.  
FONTE: (FONSECA, 1961, p.20)

---

<sup>8</sup> Doado ao Mosteiro de São Bento pelo Governador Dom Francisco de Sousa em 10 de janeiro de 1598.

<sup>9</sup> Doado pelo Padre Agostinho Ribeiro em 20 de janeiro de 1724.



FOTO 4: ALGUMAS DAS CASAS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO. AVENIDA 7 DE SETEMBRO  
DATA: 1º QUARTEL DO SÉCULO XX  
FONTE: ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO.



FOTO 5: INSTITUTO AGRÍCOLA, PORTO – ANTIGO ENGENHO DAS LAGES<sup>10</sup>  
DATA: FINAIS DO SÉCULO XIX  
FONTE: (BIBLIOTECA DO CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITETURA DA BAHIA- CEAB).

<sup>10</sup> Primeiro engenho açucareiro dos beneditinos, construído na década dos anos de 1650.

Ao se estabelecer à ordem das aquisições, verifica-se que primeiro foram obtidos terrenos, depois edificações e em conseqüência bens móveis. Este processo teve início quando os monges receberam o domínio e a posse da propriedade, doada pelo casal Francisco Affonso Condestável e sua mulher Maria Carneira, em 16 de junho de 1580 que declarava: “[...] doação a dita ordem de todo o Seu asento em que ora vivem junto a dita Hermida de S. Sebastiaó, nesta Cidade [...]” (LVTMB, 1945, p.404-406).

Na seqüência, em 1581, e em resposta à petição feita por Frei Pedro de São Bento ao Bispo Diocesano, Frei Pedro Barreiros e ao Governador Geral Lourenço da Veiga, os monges ganharam por doação “[...] a Capella que era de ordinario pera a creação do Mosteiro [...]” (DOCUMENTO de 1723, BP-APD, f.283v). Assim, incorporaram seu primeiro patrimônio edificado, o qual, em pouco tempo<sup>11</sup>, iniciou o processo de crescimento necessário às celebrações litúrgicas, alojamento dos monges e espaços em geral para o desenvolvimento da vida monástica.

O processo de formação do patrimônio móvel e imóvel dos beneditinos teve grandes motivações de ordem espiritual e temporal. No caso das doações, de caráter temporal, destacam-se aquelas promovidas pelo Governo Geral e Câmara, sempre com a finalidade de obter, através da colaboração dos religiosos, algum benefício no sentido de promover o povoamento, desenvolvimento econômico ou de infra-estrutura em determinada zona. Assim, por exemplo, na carta de sesmaria referente às terras localizadas na área da Preguiça, outorgadas aos padres de São Bento, em 14 de junho de 1612, pelo Governador Diogo de Menezes, consta: “[...] conforme ao regimento terem feito nellas algum beneficio; e daram por ellas caminhos, seruentias, que necessarias forem para o Conselho, para fontes pedreiras, e vieiras [...]” (L<sup>o</sup> T<sup>o</sup> III do MSB, AMSB, 1803, f.9-10v).

Algumas doações eram feitas de forma mais explícita. Os doadores deixavam os bens para os monges, em troca do recebimento *temporário* de orações e outros benefícios, tais como proteção, sustento ou a satisfação de determinadas necessidades materiais específicas, podendo ser uma pensão por vida<sup>12</sup> ou, simplesmente, roupas, calçados, alimentos e /ou escravos.

---

<sup>11</sup> Segundo Rocha (1995, p.5), em 1584, já se projetava fazer nova igreja ou, pelo menos, acrescentar-lhe uma capela-mor.

<sup>12</sup> Em uma parte do testamento de Gabriel Soares de Souza, o testador pede que seja entregue anualmente, enquanto vivas, para cada uma das suas irmãs residentes em Lisboa, o valor de 20 mil reis e, falecendo alguma a outra receberia 40 mil reis “[...] os quais lhe mandaram por letra a Lisboa de, maneira que lhe seia paga a dita quantia.” (LVTMB, 1945, p.290).

A grande maioria das doações e legados tinham motivação espiritual. A salvação da alma, o perdão pelos pecados<sup>13</sup>, eram as petições mais comuns. O culto devido a Deus, à Virgem Maria ou a algum santo em particular fazia-se presente em sinal de gratidão. A seguir, um exemplo extraído do livro dos Estados do Mosteiro de Nossa Senhora de Brotas, de 11 de setembro de 1768:

Neste triênio/ se fez de novo hum manto de Beludo (sic) cramezim, guarnecido com/ espequilha de ouro, pera Nossa Senhora das Brotas, que lhe deo hum seo devo/to. Fez-se também de novo hum esplendor de ouro para Santa Rita// (172v) que tem de pezo quatro oitavas, o qual lhe deo huma sua devota da Villa de São Francisco. (CÓDICE 338, AMSB, 1732-1789, f.172).

Esse tipo de entrega aos Santos foi prática muito comum no século XVIII. A eles se destinavam riquezas para assegurar o caminho da santidade. “[...] o comportamento religioso do baiano no setecentos, inclinou-se mais para os atos de externar a fé do que pelo entendimento da doutrina católica.” (FLEXOR, 2003, p.12).

Também a solicitação de atos, como orações, missas e procissões costumavam constar dos testamentos. Registros abundantes neste particular encontram-se nos documentos estudados. Vale destacar que o oferecimento do sacrifício da missa era um dos meios mais eficazes dirigidos a Deus pelos vivos em sua súplica em favor dos mortos. A partir das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o sacrifício da missa passou a ter valor extraordinário (FLEXOR, 2003, p.17). O Livro Segundo, Título I, nº326, indicava todas as graças recebidas pela assistência com reverência e respeito ao santo sacrifício da missa:

Os frutos, e efeitos desse soberano sacrifício são muitos: porque não só é sacrifício commemorativo da Paixão de Christo, mas verdadeiramente propiciatorio, por virtude, e efficacia do qual aplacamos a Deos, para que nos perdoe os nossos peccados, e nos conceda remissão das penas, satisfações, e penitencias que por elles merecemos; e finalmente por elle alcançamos remedio para nossas necessidades; e não só aproveita este sacrifício aos vivos por quem se applica, mas tambem aos fieis defuntos, por virtude do qual são livres de Purgatorio. (VIDE, 1853, p.133).

De acordo com Rodrigues (2000, v.1, p.265), podem ser encontrados, em documentos antigos dos Padres da Igreja, alguns vestígios da crença no possível perdão dos pecados, após a morte do pecador, através das orações dos vivos, “[...] mas só com a

---

<sup>13</sup> No Livro Terceiro, Título XXXII das Constituições do Arcebispado da Bahia (VIDE, 1853, p.215), consta que os pecados mortais eram sete: soberba, avareza, luxúria, ira, gula, inveja e preguiça. As virtudes contrárias a esses pecados eram, respectivamente: humildade, liberalidade, castidade, paciência, temperança, caridade e diligência alegre nas cousas de Deus.



invenção do Purgatório, no final do século XII, surgiu uma doutrina coerente a este respeito.” Segundo a autora, isto motivou a elevação do número de celebrações, em nome dos falecidos e, portanto, levou a um crescimento dos rendimentos vinculados a essa finalidade.

As normas do Concílio de Trento, na sessão XXV, ratificavam a existência do purgatório e falavam que as almas nele detidas receberiam alívio não só com os sufrágios dos fiéis, mas, especialmente, com o sacrifício da missa (CONCÍLIO..., 2004).

As dádivas, no entanto, nem sempre eram concedidas de modo pacífico e pelo livre desejo do outorgante. Se não houvesse herdeiros, a questão tornava-se mais fácil. No caso da existência destes, uma parte do patrimônio lhes era destinado. Nesse caso, cabia aos religiosos a parte denominada de terça<sup>14</sup>, isto é, o terço dos bens, que consistia naquela parte da qual o testador dispunha, após satisfeitas as obrigações familiares e que, geralmente, tinha a finalidade de favorecer algum parente, aos pobres, às instituições religiosas ou à própria alma do falecido.

Também contribuíram para o aumento dos bens as heranças pertencentes aos próprios padres, especialmente os que optavam por se dedicar à vida monástica, cujos pertences passavam a ser do Mosteiro<sup>15</sup>. Entre os vários casos registrados, tem-se o de Frei Hyacinto de Moraes que, por ocasião da morte de seu pai, Diogo Joam, o Abade do Mosteiro fez petição da sua parte, “[...] como mostrava da certidam que oferecia pella qual rezam ficava o dito mosteyro herdando seus beñz e como seu Pay fosse falecido lhe tocava a sua legitima [...]”<sup>16</sup> (LVTMB, 1945, p.35). Outros padres seguidores de uma determinada devoção dedicavam parte de seus benefícios a esse fim, como o caso da imagem de São José, com o menino em braços, [...] a qual mandou fa/zer por devoção sua o Reverendo padre Frey Jozé de Jezus Maria Paio, [...] (CÓDICE 338, AMSB, f.50). Padres seculares, detentores de propriedades, legaram bens aos beneditinos, em seus testamentos, a exemplo

---

<sup>14</sup> Do traslado da Sentença dos Reverendos Padres de São Bento da emenda das partilhas de Catherina Álvares, bisneta da antiga Caramuru, assentada no LVTMB (1945, p.429), foi extraído o seguinte: “[...] Declaro p pagoz (f.179v) todoz estes Legadoz que aSima digo o remanesente q´ ficar de Minha tersa, deixo aoz Religiozoz de S.Bento desta Cidade e oz Contituo por herdeiroz della, para que me emcomendem a Deus [...]” Esta pertence à doação da Fazenda da Lage, nos limites de Sergipe do Conde, em 1640.

<sup>15</sup> De acordo com as definições do Capítulo Geral da Ordem de São Bento, celebrado em Tibães, em 10 de setembro de 1570, (BEZERRA I, AMS, 1570-1611, f.6) onde foram tratados, dentre outros aspectos das constituições gerais, o fato referente à possibilidade dos religiosos possuírem dinheiro ou bens. Isto era um assunto proibido para os monges, condição esta que, no caso do Brasil, não foi seguida a rigor, pois os padres acumulavam pecúlio. Os bens móveis ou imóveis obtidos por alguns deles foram deixados como legado ao Mosteiro ou, ainda em vida, ofertavam parte de seu pecúlio a determinada devoção.

<sup>16</sup> Esta consistia em casas localizadas na praia, “[...] no canto da banda do Corpo Santo [...]”, em 2 de dezembro de 1648. (LVTMB, 1945, p.35).

do Padre José da Silva Lima, que deixou, em 15 de janeiro de 1756, uma morada de sobrado, mais seis moradas juntas com mais 27 braças de terra localizadas na Ladeira do Alvo, freguesia de Santa Ana, em Salvador (CÓDICE 298, AMSB, 1766-1946, f.30).

As compras constituíam mais um mecanismo usado pelos monges no intuito de fortalecer seu patrimônio móvel e imóvel. No caso do imóvel, elas foram praticadas para adquirir casas e/ou terras, fosse para ampliar os domínios, com fins produtivos<sup>17</sup> e de rendas, fosse com o objetivo de complementar uma área de interesse específico<sup>18</sup>. Isto foi constatado tanto no território urbano, quanto no rural. Também podem ser citados as trocas ou escambos que, embora não sendo uma forma efetiva de obtenção de propriedades, pois geralmente era feita a entrega de um bem para receber outro, propiciavam a unificação de parcelas originalmente dispersas ou possibilitavam a obtenção de melhores rendimentos.

### **BENS INTEGRADOS E MÓVEIS**

Os bens integrados constituem a ornamentação que compõe a ambiência arquitetônica das edificações, são aquelas obras que inseridas no edifício passam a formar parte deste. Também conhecidas como elementos artísticos ou artes aplicadas, sua natureza pode ser escultórica e/ou pictural. Geralmente consistem em: cantarias, pilastras, colunas, arcos-cruzeiros, púlpitos, balaustradas, retábulos, forros policromados entre outros. Os bens móveis são aqueles susceptíveis de movimento próprio, ou de remoção por força externa.

No âmbito da Igreja, Mosteiro e outras dependências do conjunto, obras artísticas desse tipo, verdadeiros tesouros persistem como forma de coleções sagradas, que, em muitos casos, têm subsistido pelo apego afetivo da própria comunidade de monges e dos

---

<sup>17</sup> Citam-se as compras sucessivas efetivadas pelo Mosteiro, para complementar os domínios da Fazenda da Lage, após ter recebido esta por doação. Os monges compraram a parte correspondente à herdeira e filha de Catharina Alvarez, Maria de Araújo e, em seguida, adquiriram, da mesma forma, de Domingos Pissarro de Vargas, outras terras que tinham sido desmembradas e que, originalmente, formavam parte da dita Fazenda. (CÓDICE 298, AMSB, 1766-1946, f.13-14).

<sup>18</sup> Em 8 de outubro de 1698, o Mosteiro obteve, por compra ao Tenente General Sebastião de Araújo Lima, duas braças de terras com a finalidade de construir um guindaste na encosta que dava para o mar. Seguidamente, a 29 de outubro de 1698, foram adquiridas mais seis braças de terra do Coronel Antônio da Silva Pimentel e sua mulher Isabel Maria Guedes para complementar a área, e ainda, em 6 de julho de 1701, compraram do Coronel Gonçalo Ravasco outra sorte de terras, embaixo do guindaste (LVTMB, 1945, p.169, 173, 176).

fiéis<sup>19</sup>. Um desses exemplos o constitui o pórtico / galilé o qual teve como base para sua concepção o Tratado de Arquitetura de Sebastião Serlio (LINS, 2002, v.1, p.337). Segundo o citado autor, em sua composição arquitetônica se destaca a parede que dá acesso à nave do templo a través de três vãos, a qual é composta por um arco triunfal que, *seguramente, é o mais importante elemento clássico da arquitetura brasileira do século XVII*. Nessa mesma parede sobre as portas, esta disposto um entablamento com métopas, que representam armas e insígnias da religião (Foto 6, 7 e 8). Todo o trabalho artístico foi realizado sobre pedra de arenito.

A autoria do projeto desta magnífica obra é atribuída ao monge beneditino Frei Macário de São João, quem morou na comunidade do mosteiro e se destacou pela sua participação na reedificação do Cenóbio Baiano, “[...] pelo seu bom procedimento como por ter suficiente noticia de Architectura.”(CÓDICE 349, AMSB, 1940, f.40).



FOTO 7



FOTO 8

FOTOS 6, 7 e 8: FACHADA INTERNA DA IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO E  
DETALHES  
DATA: 2006  
FONTE: FOTO AUTORA.

No corpo principal da Igreja destacam-se as oito capelas laterais demarcadas frontalmente por esbeltos arcos plenos em arenito (Foto 9) e cobertas por abobadas de

<sup>19</sup> Incluindo as Irmandades, ex. a Irmandade de Nossa Senhora das Angustias que ajudou a defender o Conjunto Monástico da demolição ou mutilação indicada por decreto governamental em 1912.

cruzaria. Delas só sete possuem retábulos, de feição predominantemente neoclássica elaborados em madeira com policromia. As imagens se localizam: no lateral da Epístola (oeste): Nossa Senhora das Angustias (Foto 10), Santa Luzia (Foto 11), São Caetano (Foto 12), e; no lateral do Evangelho (leste): São José (Foto 13), São Mauro e Nossa Senhora da Piedade (Foto 14), Senhor dos Passos (Foto 15), Santa Gertrudes (Foto 16).



FOTO 10



FOTO 9: NAVE CENTRAL DEMARCADA PELAS  
CAPELAS LATERAIS  
DATA: 2006  
FONTE: FOTO AUTORA.



FOTO 13



FOTO 11



FOTO 14



FOTO 12



FOTO 16



FOTO 15

Na área do transepto especial destaque merece a cúpula, coroada por lanternim em estrutura metálica e vidro, desenvolvida sob o tambor que sobressai da cobertura e aparece sustentado estruturalmente por quatro arcos e robustas colunas entrelaçadas por triângulos esféricos ou *pechinas*, construídos em arenito e rocha calcária (Foto 17). A superfície externa possui revestimento em precioso tapete de azulejos portugueses (Foto 18 e 19).

A dita cúpula já estaria construída em 1859, já que na visita à Província da Bahia pelo Imperador Dom Pedro II relatava no seu *Diário da Viagem ao Norte do País*,

Às 5½ fui a São Bento. É uma bela [obra] que se constrói há 96 anos; mais de 4 anos para cá trabalha-se com mais força e [o] abade espera vê-la acabada daqui a três. O zimbório que tem de altura, desde o pavimento da igreja 25 braças, é magnífico, e subi até mais de dois terços, gozando da bela vista de mais de uma das janelas que aí há, e entre as quais devem pintar-se santos. Empregaram-se 76 mil tijolos na cúpula e o simples custou mais de um conto. A lanterna é de vidros corados e na cúpula logo sobre a cornija há óculos com vidraça sem cor, cujos caixilhos de ferro pesam 15 arrobas [...]. (PEDRO II, 1959, p.68/70).



FOTO 17: VISTA DA BASE DA CÚPULA  
DATA: 2006  
FONTE: FOTO AUTORA.



FOTOS 18 e 19: VISTA EXTERNA DA CÚPULA / DETALHE DOS AZULEJOS.  
DATA: 2006  
FONTE: FOTO AUTORA.

Algumas obras de arte eram encomendadas, tal foi o caso da solicitação de dezesseis quadros pintados sobre tela feita através do Sr. Paulo Ferraro em Génova com a finalidade de serem colocados na Igreja (AMSB, Pasta 67, Doc.22, fl.03). Desse pedido só vieram para o Mosteiro dos quadros, em Agosto de 1880, um de Santa Escolástica (Foto 20) e outro de São Gregório Magno (Foto 21). Na atualidade ambas pinturas encontram-se

localizadas nas paredes laterais do presbitério da Basílica tal e como tinha sido originalmente concebido.



FOTO 20: QUADRO DE SANTA ESCOLASTICA  
DATA: 2006  
FONTE: FOTO AUTORA.



FOTO 21: QUADRO DE SÃO GREGÓRIO MAGNO  
DATA: 2006  
FONTE: FOTO AUTORA.

Assim como as pinturas acima citadas, também o retábulo<sup>20</sup> da capela-mor encontra-se na lista de obras encomendadas, vindo de Génova, no início dos anos de 1860 e construído em mármore apresenta elementos decorativos em baixo relevo, dando destaque às imagens de São Bento, Santa Escolástica, São Sebastião, e a representação das três virtudes teologais (Fé, Esperança e Caridade). Completavam o conjunto o trono eucarístico do altar mor e as balaustradas em mármore coroadas por anjos que separavam o espaço da capela mor do transepto e da nave da igreja. (Foto 22).

A chegada deste altar coincide com o processo de substituição dos retábulos em madeira entalhada pelo mármore, cuja moda começou a ser introduzida na segunda metade do século XIX. De acordo com Freire (2000, p.531) poucas instituições religiosas tiveram condições econômicas de fazer a troca total o parcial, apenas os beneditinos conseguiram fazer “o seu retábulo-mor de mármore, [...] outras somente o fizeram na mesa dos altares”.

<sup>20</sup> Na década de 1970 foram retiradas às imagens e balaustrada do conjunto do altar mor, as obras de restauro que foram realizadas, desde 2005, tiveram como um de seus objetivos reconstituir a cena original do altar e seu âmbito, devolvendo a seus sítios as imagens, balaustrada com gradil e estalas em madeira.



FOTO 22: VISTA ALTAR MOR  
DATA: 2006  
FONTE: FOTO AUTORA

Outras obras de destaque aparecem no recinto monástico uma delas corresponde a Capela de São Bernardo, hoje conhecida como Capela Abacial, (Foto 23 e 24). Localiza-se no lado norte da clausura do mosteiro, e conforme o relatório do triênio<sup>21</sup> de 1777/1780: “No interior do Mosteiro se fez uma capeli/nhá nova com portas para o salão do segundo dormi/tório com todo o aceyo, e ornato devido a hum Santu/ario, e nella se collocou huma nova imagem do/ Nosso Padre São Bernardo como Padroeiro della [...] (CODICE 137, ADB, p.113). A capela apresenta precioso retábulo em talha de madeira dourada e policromada com elementos em rococó, e conta com a presença de custódias em prata com seus relicários.

---

<sup>21</sup> Triênio era denominado o período de três anos de duração do governo Abacial.





FOTO 23 E 24: VISTA RETÁBULO DA CAPELA DE SÃO BERNARDO / DETALHE DE CUSTODIA C/ RELIQUIA  
DATA: 2006  
FONTE: FOTO AUTORA.

Outros exemplos de bens existentes, nos interiores do Mosteiro, consistem em peças de mobiliário que além de configurar a decoração dos espaços servem para o uso da comunidade religiosa. Estes pertencem a diferentes épocas e estilos artísticos. (Foto 25).



FOTO 25: MOBILIÁRIO SALÃO CENTRAL / 2º ANDAR DO MOSTEIRO  
DATA: 2006  
FONTE: FOTO AUTORA.

## MONGES ARTISTAS

É mérito da Ordem o fato de algumas obras terem sido criadas pelo talento e profissão de destacados membros<sup>22</sup>, alguns já citados no presente trabalho e outros que também se distinguiram, dentre eles: Frei Agostinho da Piedade, Frei Ricardo do Pilar, Frei Domingos da Conceição, Dom José Endres, Dom Clemente da Silva Nigra<sup>23</sup>, Ir. Paulo Lachemayer, artistas, escultores, historiadores, arquitetos que perpetuaram suas realizações não só nos Mosteiros Beneditinos como em outras instituições.

Nesse sentido a Regra de São Bento em seu Capítulo 57, trata *Dos artesãos do mosteiro*, colocando a seguinte frase: “Se houver artesãos no mosteiro, executem suas artes com toda humildade, caso o Abade o permita” (RB, 1993, p.95). Nos documentos, também pode ser verificada, a preocupação na formação dos religiosos, pelas contínuas recomendações acerca do cuidado com o espaço destinado à livraria e os recursos destinados para prove-la de obras literárias<sup>24</sup>. Isso mostra as possibilidades de desenvolvimento das diferentes habilidades emanadas na comunidade religiosa e que eram estimuladas pelos superiores baseados na sua própria Regra e Constituições.

Da obra do escultor seiscentista Frei Agostinho da Piedade, destaca-se entre outros o conjunto de quatorze bustos relicários da Igreja do Mosteiro de São Bento da Bahia além de várias imagens de corpo inteiro em barro cozido, destas últimas algumas não pertencem mais ao Mosteiro da Bahia. Sem dúvidas a realização plástica deste monge beneditino foi marcada por traço e técnica própria.

Cabe citar também a obra do arquiteto, heraldista, desenhador e ilustrador Irmão Paulo Lachenmayer, que trabalhou na execução de diversos projetos de arquitetura, dentre eles a Catedral do Rio de Janeiro, a Basílica de Aparecida em São Paulo, a execução da planta do interior da Catedral de Brasília ao lado do arquiteto Oscar Niemeyer (Fotos 26 e 27), bem como desenhou inúmeros brasões para instituições religiosas e civis.

---

<sup>22</sup> Cf. SILVA-NIGRA, 1950a, 1950b, 1971; Cf. VALLADARES, 1982.

<sup>23</sup> Dom Clemente foi o primeiro diretor do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, fundado em 1968.

<sup>24</sup> A Biblioteca do Mosteiro da Bahia conta com um acervo total de 350 000 exemplares, entre eles livros, periódicos, documentos, mapas, fotografias, etc. Desse número 13 226 corresponde a obras raras.

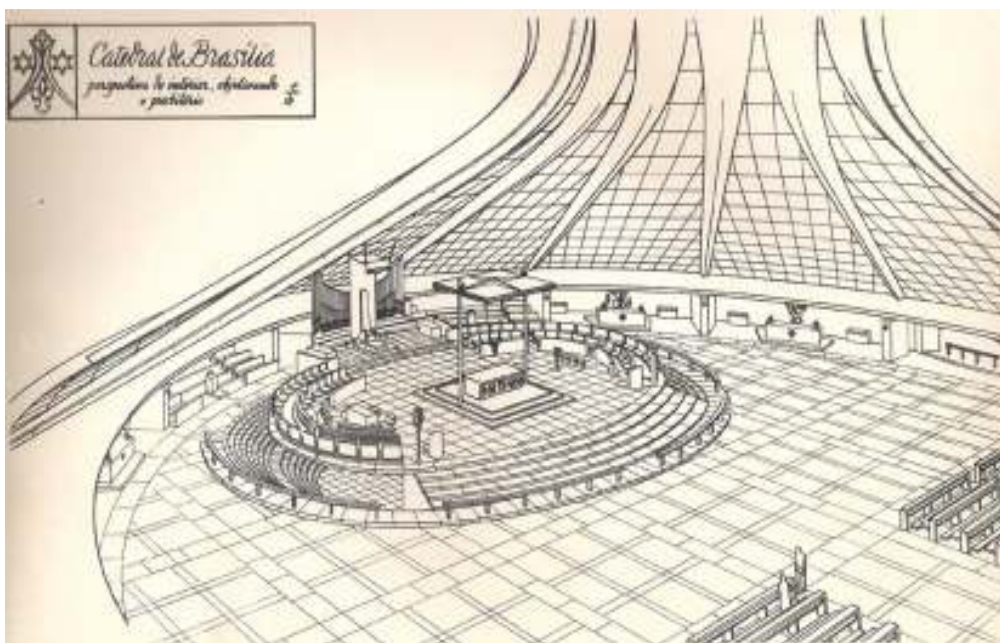


FOTO 26: PERSPECTIVA INTERIOR DA CATEDRAL DE BRASÍLIA  
 DATA: DÉCADA DE 1960  
 FONTE: ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO.

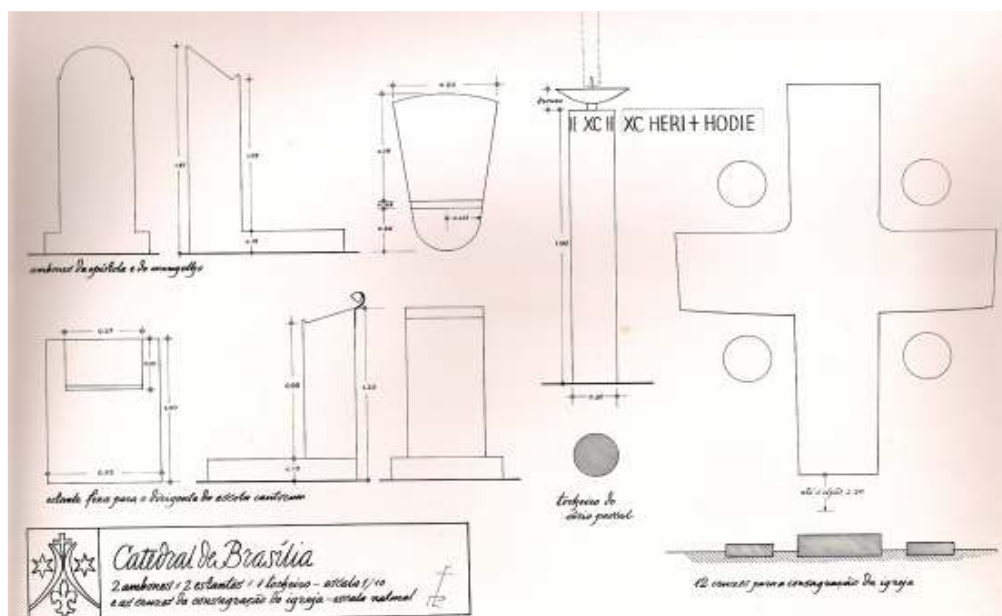


FOTO 27: DESENHO DE ELEMENTOS LITÚRGICOS  
 DATA: DÉCADA DE 1960  
 FONTE: ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO.

Esses exemplares, que na sua época tiveram um grande valor de uso, passaram, posteriormente, a ter também valor histórico e documental, como testemunha o seguinte fragmento, do ofício de 1941, do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade: “Acentua o interesse nacional nos arquivos, exemplares antigos e raros de livros e obras de arte existentes nos Mosteiros de São Bento do Brasil.” (OFÍCIO..., AMSB, 1941, Pasta 71, 1p). O elemento de ligação foi Dom Clemente da Silva-Nigra, então professo do Mosteiro de São Bento de Salvador, que, desde essa época, realizava importantes trabalhos de pesquisa na área de história da arte.

## CONSIDERAÇÕES

Concluindo este trabalho salienta-se que a breve passagem pelo patrimônio artístico dos beneditinos, e em específico pela sua Casa mais antiga, o Mosteiro da Bahia, tornou ainda mais conhecida a particularidade da Ordem de São Bento.

Ficou evidente que a formação do patrimônio móvel e imóvel do Mosteiro da Bahia, esteve muito condicionada às possibilidades da Ordem desfrutar do privilégio de isenções bem como a outras motivações de ordem temporal e espiritual, que funcionavam em correspondência ao momento histórico, econômico e social.

Entre seus bens imóveis, integrados e móveis destacam-se elementos da arte e da arquitetura luso-brasileira. Muitos tiveram participação ou foram realizados por membros da própria Ordem o que distingue sua capacidade de criação alicerçada na própria Regra e as Constituições.

## REFERÊNCIAS

BEZERRO I – Capítulos Gerais 1570 – 1611. Tibães, Arquivo do Mosteiro de Singeverga, 267f.

CÓDICE 137 – Mosteiro de São Sebastião da Bahia II, 1764 – 1800. Braga, Arquivo Distrital de Braga, Congregação de São Bento, 330p.

CÓDICE 298 – Relação dos bens que possui o Mosteiro de S. Sebastião da Bahia 1766 – 1946. Salvador, Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, 134f.

CÓDICE 338 – Estados dos Mosteiros Beneditinos do Brasil 1732 – 1789. Salvador, Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, 176f.

CÓDICE 349 – Dietario das vidas e mortes dos monges...1943. Salvador, Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, 282f.

COELHO, Geraldo. Os Beneditinos e as vicissitudes do Mosteiro de São Bento da Vitória. In: *Atas do Ciclo de Conferências*. Porto: Arquivo Distrital do Porto, p.25-41, 1997a.

\_\_\_\_\_. Estudo. Do Mosteiro ideal ao Mosteiro de São Bento da Vitória. In: Arquivo Distrital de Braga e Mosteiro de São Bento da Vitória (Org.). *O Mosteiro de São Bento da Vitória quatrocentos anos*. Porto: Rainho & Neves. 1997b.

CONCÍLIO de Trento, documentos Del Concílio de Trento. In: Biblioteca Eletrônica Cristiana. Disponível em: <<http://www.multimedios.org/docs/d000436/p00013.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2004.

DOCUMENTO DE 1723. Açores, Biblioteca Pública – Arquivo de Ponta Delgada, Coleção de Jose do Canto. Miscelânea, Livro I, 200f.

DOCUMENTOS avulsos. Salvador, Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, Pasta 67, Doc.22.

D. Pedro II. *Diário de Viagem ao Norte do Brasil*. Livraria Editora Progresso, 1959.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: intercessões na arte. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 420, p. 11-52, jul./set. 2003.

FONSECA, Fernando. *Algumas igrejas bahianas*. Salvador:[s.n.], 1961.

FOTOGRAFIAS DO Mosteiro a Cidade e outras. Salvador, Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, Cx.79.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. *A talha neoclássica na Bahia*. 2000. Tese de Doutorado (Departamento de Ciência e Técnicas do Patrimônio) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 2000.

HERNANDEZ, Maria Herminia Olivera. *A administração dos bens temporais da Arquibadia de São Sebastião da Bahia*. 2005. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

IMÓVEIS do Mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador, Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, Cx. 23, Pasta 4.

LINS, Eugênio. *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil. Século XVI a XIX*. 2002. 3v. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Letras, Dpto. de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Universidade do Porto, Porto, 2002.

Lº Tº III do MSB. Livro do Tombo III, do Mosteiro da Bahia 1803. Salvador, Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, 244f.

LVTMB - LIVRO velho do tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador: Beneditina, 1945.

MATTOSO, José. No centenário de S. Bento da Vitória. In: *Atas do Ciclo de conferências*. Porto: Arquivo Distrital do Porto, 1997. p.13-23.

OFÍCIO do Diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acentuando o interesse..., 1941. Salvador, Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia, Pasta 71, 1p.

RB - A REGRA DE SÃO BENTO. Tradução: Dom Basílio Penido, OSB. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

ROCHA, Matheus R. *Igreja do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Rio de Janeiro: Mosteiro de São Bento, 1995.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. Patrimônios, direitos e rendimentos eclesiásticos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000. p. 261-301. v.1.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria da (Dom). *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador: Beneditina, 1950a.

\_\_\_\_\_. *Três artistas beneditinos: Frei Bernardo de São Bento, o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro; Frei Domingos da Conceição, o escultor seiscentista do Rio de Janeiro; Frei Ricardo do Pilar, o pintor seiscentista do Rio de Janeiro*. Salvador: Beneditina, 1950b.

\_\_\_\_\_. *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade-Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador: UFBA, 1971.

VALLADARES, Clarival, et.al. *400 anos do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Brasil: Odebrecht, 1982.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, 2 dez. 1853.